



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 201123
FOLHA Nº 02

OF.PROLEI.Nº 074/25

ciência aos membros da Casa por meio eletrônico.
para leitura no expediente da Sessão de 17
de Novembro de 2025
17 / 11 / 2025

Mogi Mirim, 14 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal

Cristiano Gaioto
Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Ao encaminhar propositura para apreciação
dessa colenda Câmara de Vereadores, peço-lhe que o Projeto de Lei, objeto da
MENSAGEM Nº 074/25, seja discutido e votado sob o **REGIME DE**
URGÊNCIA, de acordo com o previsto no art. 54 da vigente Lei Orgânica deste
Município.

Respeitosamente,

PAULO DE OLIVEIRA
E
SILVA:20108664600
Assinado de forma digital por
PAULO DE OLIVEIRA E
SILVA:20108664600
Dados: 2025.11.17 10:23:25 -03'00'

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 257125
FOLHA Nº 03

MENSAGEM Nº 074/25

[Proc. SEI nº 001050.000122/2025-30]

Mogi Mirim, 14 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente;

Busca-se com o incluso Projeto de Lei a necessária e indispensável autorização legislativa para que este Poder Executivo possa instituir a **Diária Especial por Atividade Complementar (DEAC)** para os integrantes da Guarda Civil Municipal e do Bombeiro Municipal de Mogi Mirim.

A proposta apresenta-se como uma medida moderna, necessária e estratégica para o fortalecimento da capacidade operacional das corporações de segurança pública e defesa civil, permitindo que servidores aptos possam atuar em atividades complementares, em caráter excepcional, fora da jornada ordinária e mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

A instituição da DEAC segue modelos amplamente adotados em diferentes municípios do país e busca aperfeiçoar a gestão do efetivo, proporcionando maior flexibilidade para atendimento de demandas pontuais, reforço de operações especiais, incremento da presença preventiva em horários críticos e ampliação da capacidade de resposta a situações emergenciais. Trata-se de um instrumento de gestão que permite melhorar a prestação do serviço público sem a necessidade de aumento permanente de despesas com pessoal, resguardando o equilíbrio fiscal e assegurando mais eficiência na execução das políticas públicas de segurança.

O projeto estabelece regras claras e rigorosas para a participação dos servidores, incluindo processo de seleção organizado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e pelos Comandos da Guarda Civil Municipal e do Bombeiro Municipal, com observância obrigatória da ordem de classificação dos habilitados. A limitação de horas mensais, a impossibilidade de cumulação com outras verbas de natureza indenizatória e o respeito ao intervalo mínimo de descanso garantem a preservação da saúde ocupacional e evitam sobrecarga de trabalho, assegurando que a atuação seja responsável, segura e dentro dos parâmetros exigidos pela legislação.

Importante destacar que a DEAC possui natureza estritamente indenizatória, não incorporável aos vencimentos e sem reflexos em vantagens funcionais, previdenciárias ou remuneratórias. Essa definição, expressamente prevista no texto legal, garante total segurança jurídica ao Município e evita interpretações futuras que possam gerar passivos ou comprometer a gestão fiscal. Ao mesmo tempo, representa uma forma de valorização do servidor, que tem a possibilidade de receber remuneração adicional pelo serviço complementar prestado, de maneira facultativa e em conformidade com critérios objetivos.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 237125

FOLHA Nº

04

A proposta também prevê que os valores da DEAC serão fixados com base na Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP), assegurando atualização anual automática conforme a legislação vigente. Ademais, determina que todas as diretrizes operacionais, locais de atuação e critérios específicos serão definidos em Decreto pelo Chefe do Executivo, garantindo governança, controle administrativo e padronização dos procedimentos.

A realização das atividades complementares de que trata a matéria fica condicionada à autorização exclusiva do Prefeito Municipal, reforçando o planejamento estratégico e o uso responsável dos recursos públicos. As despesas decorrentes da implementação da DEAC serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, podendo também contar com emendas impositivas ou recursos de fundos específicos, o que amplia a viabilidade financeira da medida e reafirma o compromisso da Administração com a responsabilidade fiscal.

Em síntese, o presente Projeto de Lei representa um avanço significativo na modernização da gestão da segurança pública municipal e da defesa civil, ao promover uma solução eficiente, juridicamente segura, financeiramente responsável e alinhada às melhores práticas de administração pública. Além de fortalecer a presença das corporações nas ruas e aprimorar a capacidade de resposta a situações de risco, a medida promove a valorização dos servidores e contribui diretamente para a proteção da população mogimiriana.

Diante do exposto, considerando o caráter público cuja matéria se destina, submeto-a à apreciação dos Nobres Vereadores, confiante de que sua aprovação, como nela se contém e declara.

Respeitosamente,

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600
Assinado de forma digital por PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600
Dados: 2025.11.17 10:23:52 -03'00'

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal